

Supervisor educacional agora é profissão

O Senado aprovou ontem projeto que regulamenta a profissão de supervisor educacional. Devem ser beneficiados os profissionais que atuam na área de supervisão e orientação pedagógica. Para virar lei, a proposta precisa apenas ser sancionada pelo presidente Lula. **Página 3**

Mais oito municípios devem ter zonas de exportação

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em oito municípios. As propostas facilitam a instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior. **Página 5**

Senadores de MS alertam para risco do excesso de etanol

Em audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, os senadores sul-mato-grossenses Valter Pereira e Marisa Serano manifestaram preocupação com eventual excesso na produção de etanol no estado. Eles temem que a oferta se torne maior do que a demanda. **Página 4**



Mães podem ter seis meses de licença para amamentar

Projeto de Patrícia Saboya que amplia licença-maternidade em 60 dias é aprovado por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos e deve ser enviado diretamente ao exame dos deputados.

A proposta prevê a adesão optativa nas empresas da iniciativa privada. Os empresários serão estimulados a prorrogar a licença-maternidade mediante a concessão de incentivo fiscal, podendo deduzir integralmente do Imposto de Renda devido o valor da remuneração da empregada referente aos 60 dias adicionais da licença. As servidoras públicas também poderão receber o benefício. Segundo a Convenção da Proteção da Maternidade, vários países concedem licença superior a quatro meses – em alguns casos, de até um ano. **Página 3**

Ministro promete boas rodovias em 2010

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, afirmou à Comissão de Infra-Estrutura que é prioridade do governo recuperar as rodovias federais, que devem receber do Orçamento da União, em 2008, cerca de R\$ 10 bilhões. Nascimento também anunciou que a Ferrovia Norte-Sul deve chegar a Santa Fé do Sul, no noroeste de São Paulo. **Página 5**



Alfredo Nascimento é ouvido por Marconi Perillo e José Francisco das Neves, da Valec



Paulo Bernardo (2º à esq.) participa de debate na Comissão de Orçamento

Aumento de recursos para saúde “tem que ser gradativo”

A regulamentação da Emenda Constitucional 29 pode gerar um acréscimo de R\$ 15 bilhões nos recursos da União destinados à saúde. A avaliação é do ministro do Planeja-

mento, Paulo Bernardo, para quem o governo não tem condições de acrescentar esses recursos de uma única vez. “O acréscimo terá que ser gradativo”, advertiu o ministro. **Página 4**

Presidente do Senado afirma que pedirá a Arlindo Chinaglia urgência na apreciação da PEC que fixa regra para detentores de mandatos do Executivo e do Legislativo

Viana pede votação da fidelidade partidária na Câmara



Tião Viana quer deixar o marco regulatório no campo da reforma política

O presidente interino do Senado, Tião Viana, vai solicitar à Câmara que apresse a votação da proposta de emenda à Constituição que exige fidelidade partidária de quem se elege para mandatos no Executivo ou Legislativo. A matéria acaba de ser aprovada na Casa e seguirá agora para o exame dos deputados. Indagado se pedirá urgência à Câmara nessa votação, Tião Viana respondeu positivamente.

– Isso aí eu farei. A minha relação com Arlindo Chinaglia [presidente da Câmara] é a melhor possível: de respeito, de valorização mútua. E eu pediria a ele total sensibilidade e agilidade nisso, porque nós precisamos deixar o marco regulatório no campo da reforma política brasileira e esse

marco é a votação da fidelidade partidária, do financiamento público e de outros elementos essenciais à democracia – destacou.

Tião Viana falou ainda sobre a proposta de emenda à Constituição que prevê o voto aberto em processos de cassação de mandato parlamentar. Como o presidente da Câmara sugeriu que a proposição mais adiantada em votação tivesse prioridade, o presidente interino do Senado disse que o assunto suscitará conversas entre eles.

– Nós teremos que conversar mais porque há uma pressão muito grande dos senadores pela aprovação. São três PECs que estão em Plenário e eu e o presidente Arlindo não fechamos o encaminhamento final. Há uma

preocupação com a qualidade das matérias. Será que elas contemplam todos os quesitos? Será que tratam das questões de exceção que devem ser tratadas? Então, nós vamos refletir de maneira comum e achar o melhor resultado para as duas Casas – disse Viana.

Sobre uma possível disputa pela paternidade da PEC que vai acabar com o voto secreto, Tião Viana declarou que a melhor resposta para essa questão é votar a matéria. O presidente interino do Senado também afirmou que, pessoalmente, apóia a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) por manter um equilíbrio em questões que favorecem o princípio da transparência e do controle social numa democracia.

PAC da Segurança vai interiorizar ações no setor, destaca senador

A aprovação pelo Senado do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), conhecido como PAC da Segurança e destinado à prevenção, controle e repressão da criminalidade, foi comemorada pelo presidente interino da Casa, Tião Viana. Ele afirmou que o programa vai interiorizar ações de segurança numa pactuação com as unidades federadas, o que significará o fortalecimento de um princípio republicano.

– Estamos falando de um investimento da ordem de R\$ 6,7 bilhões que será jogado a mais para a área de segurança pública até 2012 – ressaltou.

A respeito do novo ritmo de trabalho adotado no Senado e sobre iniciativas como a reunião

com o presidente em exercício José Alencar, que terminou na abertura de um entendimento para aprovar a prorrogação da CPMF, Tião Viana opinou que “cabe agora a capacidade de articulação e movimento do governo para o êxito naquilo que venha a ser do interesse do país”.

– Votando-se a favor ou contra, ou modificando, mas que seja respeitada a decisão majoritária do Parlamento – assinalou.

Viana observou que o Senado está procurando se aproximar da opinião pública e se recompor em credibilidade, como referência para a democracia brasileira.

– O meu dever é mediar essa busca a favor de uma instituição tão importante na história democrática do Brasil – enfatizou.

Presidente interino confia em acordo para aprovação da CPMF

Ao chegar no Congresso ontem, o presidente interino do Senado, Tião Viana, manifestou confiança na construção de um acordo entre o governo e os partidos de oposição para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga até 2011 a CPMF. Ele elogiou a idéia de amenizar os efeitos dessa contribuição mediante a isenção de quem tem uma única conta bancária com movimento inferior a R\$ 1,7 mil.

– É a sugestão de uma grande autoridade da área econômica, que é o senador Francisco Dornelles [PP-RJ], e seguramente ela vai ser considerada nas negociações. O que importa é que a oposição possa ficar mais à vontade ainda nesse debate político, fazer proposições, especialmente o PSDB,

que deixa aberta uma porta para o entendimento – ressaltou.

Tião Viana comentou ainda que a CPMF precisa de um aperfeiçoamento, de uma redução escalonada e de uma profunda análise dos recursos destinados à saúde, para se observar se “de fato todos os percentuais dados à saúde estão suficientes ou podem ser recuperados mais alguns”.

Em sua opinião, tudo isso pode ser objeto de legislação ordinária, sem prejuízo da PEC, que precisa ser aprovada no seu todo pelo Senado até o fim do ano. Para Viana, os ajustes e acordos a serem construídos ao longo dos próximos dias podem ser firmados tranquilamente no Senado e, em seguida, enviados para votação na Câmara dos Deputados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão de debates

A partir das 9h, o Plenário realiza sessão não-deliberativa, ou seja, destinada a pronunciamentos de senadores e a avisos da Mesa, sem a deliberação de matérias. A agenda de votações será retomada na terça-feira, quando poderá ser examinado, entre outros itens que trancam a pauta, o projeto que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias, Antônio Carlos Valadares, Papaléo Paes e Mão Santa

Senado acata regulamentação da profissão de supervisor educacional

Os profissionais que atuam como supervisores educacionais ou orientadores pedagógicos terão sua situação normalizada. O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara 132/05, que regulamenta a profissão.

– Estamos atendendo a uma antiga demanda desses profissionais e agora o projeto vai institucionalizar e oficializar a profissão – afirmou Sérgio Zambiasi (PTB-RS), relator da matéria na Comissão de Educação (CE).

Pelo texto acolhido, o diploma para o exercício da profissão de supervisor educacional poderá ser obtido de três formas: em curso de Pedagogia, na habilitação em supervisão educacional ou escolar; em instituição de ensino superior estrangeira, desde que

revalidado e registrado como equivalente ao diploma emitido na primeira forma; ou, ainda, em curso de pós-graduação em supervisão educacional ou escolar.

O campo de atuação dos supervisores, diz a proposta, abrangerá os órgãos centrais e regionais de ensino, os estabelecimentos escolares e todas as áreas que desenvolvem ação de formação.

– Os supervisores educacionais constituem um dos segmentos de profissionais que asseguram suporte para o funcionamento dos estabelecimentos escolares e das demais instituições que compõem os sistemas de ensino – justificou Zambiasi em seu relatório na CE.

A matéria vai agora à sanção do presidente Lula.

Serviço oferecerá apoio ao idoso

Projeto que institui o programa Disque-Idoso foi aprovado ontem no Senado. O serviço terá a finalidade de acolher denúncias de maus-tratos e violência contra pessoas com 60 anos ou mais. A matéria segue para a Mesa diretora, onde receberá a redação final.

O programa terá de ser regulamentado pelo Poder Executivo no prazo máximo de dois meses após sua sanção, segundo prevê o

projeto (PLC 83/06).

Na justificativa, a autora, deputada Lúcia Braga (PMN-PB), afirma que ainda hoje um grande número de idosos são abandonados pela família ou sofrem maus-tratos. Ela explica que o Disque-Idoso servirá como um serviço de apoio aos idosos, recebendo denúncias e orientando acerca dos tipos de assistência disponíveis para cada caso.

Acolhida programação monetária

Os projetos de decreto legislativo que tratam da programação monetária relativa ao segundo e terceiro trimestres de 2007 foram aprovados ontem no Senado e seguem agora para a Câmara.

Em suas análises dos PDSs 211/07 e 333/07, os relatores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA - *ad hoc*), respectivamente, observaram que as perspectivas para os próximos meses em relação ao comportamento da inflação continuam favoráveis, mesmo

considerando a aceleração do crescimento da economia.

Também foram acolhidos pelo Plenário 13 projetos de decretos legislativos referentes a textos de acordos internacionais aprovados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O Plenário do Senado acatou ainda o projeto (PLC 108/06) que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos. A matéria segue, agora, à sanção do presidente da República.

PSOL protocola representações contra Renan e Azeredo

O PSOL protocolou na tarde de ontem na Secretaria Geral da Mesa do Senado mais duas representações por quebra de decoro parlamentar.

Uma é a sexta representação apresentada contra o presidente licenciado da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusado de apresentar emenda ao Orçamento em benefício de uma empresa fantasma de seu ex-assessor José Albino Gonçalves

de Freitas, em acordo com seu filho e prefeito de Murici, Renan Calheiros Filho. A outra pede a cassação do mandato de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sob as justificativas de que ele teria recebido recursos supostamente ilegais durante sua campanha para governador de Minas Gerais em 1998, beneficiando-se do chamado “mensalão mineiro”, e mentido ao Senado a esse respeito.

Projeto de Patrícia Saboya, apoiado por 500 mil pessoas e aprovado por unanimidade, concede incentivo fiscal às empresas que prorrogarem o benefício, hoje de quatro meses



Ampliação da licença-maternidade, proposta por Patrícia Saboya (2ª à esquerda), é aprovada em caráter terminativo na CDH

Mães poderão se licenciar por seis meses para cuidar do bebê

Projeto de lei que aumenta o período da licença-maternidade de quatro para seis meses foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por unanimidade e em caráter terminativo (segue direto para a Câmara).

A proposta (PLS 281/05), da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), institui o Programa Empresa Cidadã, que prevê dedução no Imposto de Renda devido do valor do salário durante a prorrogação. A mãe receberá salário integral – como nos quatro primeiros meses pagos pela Previdência Social

– desde que não exerça atividade remunerada ou mantenha o bebê em creche. O projeto estende o benefício a mães adotivas e servidoras públicas.

Para o relator, Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, ninguém fica prejudicado.

– Apenas as crianças é que ganham – afirmou.

Patrícia Saboya considerou este um dos momentos mais importantes do mandato. Ela destacou que a proposição tem o apoio de 500 mil pessoas, além dos ministros José Gomes Temporão (Saúde) e Nilcéa Freire (Políticas para as

Mulheres).

– Uma sociedade só pode ser justa quando esse direito é garantido já enquanto nossos filhos estão nos nossos ventres – ressaltou, ao lembrar que a medida já é adotada por seis estados e 70 municípios.

Também elogiaram a proposta Geraldo Mesquita (PMDB-AC), Romeu Tuma (PTB-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Heráclito Fortes (DEM-PI), José Nery (PSOL-PA), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Ideli Salvatti (PT-SC) e Valter Pereira (PMDB-MS).

Vários países concedem benefício superior a quatro meses

Segundo dados da Convenção da Proteção da Maternidade, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em junho de 2001, vários países já concedem licença-maternidade superior a quatro meses (16 semanas), podendo chegar a um ano. Na Noruega, na Dinamarca, na Venezuela, no Chile e em Cuba, a licença é de 18 semanas. O período é variável no Canadá (17 a 18

semanas), na França (16 a 26), na Inglaterra (14 a 18) e na Polônia (16 a 18). Na Itália, é de cinco meses e, em três outras nações que adotam períodos superiores aos do Brasil, a contagem é feita em dias: Rússia (140), Ucrânia (126) e Suécia (480), sendo que este último é um caso à parte. Tornou-se o primeiro país do mundo, a partir de 1974, a conceder o benefício para mãe e pai. E, após o

terceiro mês, o casal escolhe quem continuará de licença.

Nos países do continente americano, o benefício varia de oito semanas (Bolívia) a 14 semanas (Panamá), mas a maioria adota o sistema dos Estados Unidos, que concede 12 semanas, como Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

Aprovado voto de solidariedade a Júlio Lancelotti

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que seja encaminhado ao Plenário do Senado voto de solidariedade ao padre Júlio Lancelotti, que denunciou ter sido vítima de extorsão por uma quadrilha comandada pelo ex-interno da Febem Anderson Marcos Batista.

Suplicy ressaltou o trabalho executado pelo padre à frente da Pastoral da Criança em defesa dos

moradores de ruas. Para o autor do pedido, a atuação do religioso tem significação nacional e internacional.

Além de Suplicy, a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e os senadores José Nery (PSOL-PA) e Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, manifestaram solidariedade ao padre. Suplicy leu trechos de manifestações de apoio a Júlio Lancelotti.

Por sugestão de Paim, foi acolhida a realização de audiência pública sobre questões relacionadas à

demissão de dirigentes sindicais.

Troca de integrantes

Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou a apresentação de projeto de resolução que altera o procedimento de substituição, pelos partidos, de integrantes das comissões. Pela proposta (PRS 63/07), a substituição de senador designado para relatar matéria que conste da ordem do dia somente poderá se consumir após votação da proposta, salvo se o parlamentar renunciar à relatoria.

Paulo Bernardo afirma que regulamentação da Emenda 29 é de interesse do governo, mas espera uma solução “prudente” quanto ao impacto orçamentário



Em audiência na CMO, João Bringel (E), Paulo Bernardo, deputado Vignatti, José Maranhão, deputado José Pimentel e Francisco Dornelles

Liberação dos R\$ 15 bilhões extras para saúde será gradual

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, avalia que a aprovação de projeto para regulamentar a Emenda Constitucional 29, com regras para definir os percentuais mínimos das receitas federais para aplicação em ações e serviços de saúde, pode gerar um acréscimo de aproximadamente R\$ 15 bilhões nas despesas orçamentárias para a área ainda no próximo ano.

Ontem, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro adiantou, no entanto, que o governo não tem condições de acrescentar esse novo montante de recursos para a área de uma única vez.

– O acréscimo terá que ser gradativo – afirmou.

Na proposta orçamentária enviada ao Congresso, o governo direciona para a saúde cerca de R\$ 47,8 bilhões em 2008 – inclusive para pagamento de pessoal – com base em critérios de aplicação que perderam eficácia. O adicional de R\$ 15 bilhões foi definido a partir de critérios defendidos em propostas com essa finalidade que tramitam no Congresso. No Senado, há uma proposta de Tião Viana (PT-AC), o PLS-Complementar 121/07, que deve ser apreciada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ir a Plenário.

Paulo Bernardo disse que a regulamentação da Emenda 29 é também tema de interesse do governo, mas espera que haja uma solução prudente quanto ao impacto orçamentário. Salientou que as questões da área de saúde não possuem como causa única a limitação de recursos, havendo problemas de gestão em todos os níveis de governo.

Também na audiência, o ministro ressaltou que já foram gastos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 20% do programado. Afirmou ainda que a aplicação de 46% dos recursos já foi autorizada.

Ministro diz que governo não pode suportar queda brusca nas receitas

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reafirmou ontem, após debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que o governo não tem condições de suportar uma queda brusca na arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Admitiu como única possibilidade a redução gradual do tributo, desde que haja acordo para preservar o equilíbrio fiscal como a demanda social pela redução da carga tributária.

– Essa demanda é também um objetivo do governo – disse.

A audiência foi convocada para que o ministro prestasse esclarecimentos sobre os projetos do Orçamento da União para 2008 (PLN 30/07) e do Plano Plurianual para 2008/2011. Paulo Bernardo salientou que a proposta de isenção da CPMF para quem ganha até R\$ 1,2 mil mensais ainda precisa de melhor exame.

Observou que todas as sugestões são importantes, pois permitem superar a discussão polarizada entre ser contra ou a favor da renovação do tributo.

– O que a gente ouvia falar era que ia ter gente votando a favor e gente que ia votar contra e, a

partir desse diálogo, quem sabe consigamos um acordo que possibilite aprovar, para termos um orçamento equilibrado – frisou.

Embora alegue não ter estudado detalhadamente o assunto, ele confirmou ter lido nos jornais que a perda de receita com a isenção da CPMF para quem ganha até R\$ 1,2 mil poderia chegar a R\$ 400 milhões, “que, comparados aos R\$ 39 bilhões da receita total da arrecadação com a contribuição, de fato não é um valor tão grande”.

O ministro afirmou que o governo não terá alternativa senão encontrar novas receitas ou cortar gastos caso a aprovação da emenda que prevê a renovação da CPMF ultrapasse dezembro, o que levaria a uma interrupção da cobrança nos três primeiros meses do ano e perda de arrecadação em torno de R\$ 10 bilhões.

– Não estamos falando de nenhuma perda nesse montante, mas isso vai ter consequências. Ou arrumamos receita ou, o que é mais provável no quadro atual, haverá redução e cortes de despesas de programas. Não temos como deixar o Orçamento descoberto desse jeito – assinalou.

Produtores defendem política pública para o etanol

A definição de uma política pública para o etanol foi defendida ontem por Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). Durante audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, ele afirmou que o governo federal tem de apresentar uma “definição clara da participação do álcool [em termos de percentagem] na matriz energética brasileira, para que não haja um desastre nesse mercado”.

– A definição tem de ser dada. E não será o mercado quem fará isso – declarou ele.

O diretor da Unica afirmou ainda que, atualmente, a “velocidade da oferta de etanol é maior do que a projeção da demanda, o que poderá levar a um ciclo não virtuoso de queda de remuneração e desaceleração de investimentos”.



Na reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, Rodrigues (E), Eurípedes, Neuto de Conto e Henry Joseph

Excesso da oferta de combustível é preocupação em MS

Os senadores Marisa Serrano (PSDB) e Valter Pereira (PMDB), ambos de Mato Grosso do Sul, manifestaram preocupação com eventual excesso na oferta de etanol, devido à expansão da produção alcooleira em seu estado. Eles participaram ontem de audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis para discutir o mercado de etanol.

Marisa Serrano ressaltou que “o etanol assumiu uma importância muito grande no desenvolvimento de Mato Grosso do

Sul. A parlamentar disse que há uma corrida no estado para a produção de cana-de-açúcar”. Tanto ela quanto Valter Pereira, no entanto, apontaram o risco de que a oferta se torne maior que a demanda.

Valter Pereira afirmou que o mercado nacional de etanol é promissor, mas não é capaz de se expandir indefinidamente.

Exportações

Ao responder ao senador sobre o potencial da demanda internacional, o presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Henry Joseph Júnior, observou que o mercado externo “certamente crescerá, mas infelizmente não podemos dizer a que volume”.

O representante da Anfavea lembrou que os Estados Unidos são o maior consumidor mundial de etanol e destacou o potencial consumidor da Europa – onde vários países vêm exigindo o uso de combustíveis renováveis – e também da Ásia e de outros países latino-americanos.

Pesquisador sugere plantação de cana em áreas de pastagem

O uso de áreas de pastagem degradadas para a expansão das plantações de cana-de-açúcar foi defendido ontem pelo pesquisador José Eurípedes da Silva, chefe-adjunto de Comunicação e Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). De acordo com ele, “as pastagens são a nossa maior monocultura”.

As áreas de pastagem degradadas são aquelas cujo solo se deteriorou devido a uma exploração inadequada para a criação de gado. O pesquisador disse que os 6,2 milhões de hectares ocupados pela cana-de-açúcar, em 2006, representavam cerca de 1,69% da área utilizada no país em atividades agropecuárias. Já os 210 milhões de hectares de pastagens, 57,38% dessa área. E a soja teria ocupado, naquele mesmo ano, 22 milhões de hectares, ou 6%.

– A cana, como monocultura, não representa a ameaça que tanto se fala – frisou Eurípedes.



Presidente da CDR, Lúcia Vânia informa que comissão quer debater ZPEs com ministro

Comissão de Desenvolvimento aprova criação de oito ZPEs

Oito projetos de lei que tratam da criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) foram aprovados ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Os municípios beneficiados são Alta Floresta (MT), Tabatinga (AM), Tucuruí (PA), Breves (PA), Ponta Porã (MS), Itacoatiara (AM), Santana de Livramento (RS) e Gurupi (TO).

As ZPEs contam com isenções fiscais que facilitam sua implantação em regiões menos desenvolvidas. Segundo alertou Jayme Campos (DEM-MT), o governo pode editar medida provisória

para disciplinar a instalação das ZPEs, exigindo que os empresários apresentem suas propostas antes à Receita Federal.

A presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), confirmou que o governo prepara mudanças nas ZPEs e destacou que já foi aprovado requerimento para que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, discuta o assunto na CDR. Cícero Lucena (PSDB-PB) sugeriu uma aprovação rápida das oito propostas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que analisará os projetos em decisão terminativa.

Acolhida proposta de reduzir juros dos fundos constitucionais

Em apoio a parecer favorável do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a CDR aprovou proposta do senador Expedito Júnior (PR-RO) que sugeriu adequar encargos financeiros dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste às taxas de inflação e de juros mais baixas. Pelo projeto (PLS 362/07), as taxas de juros das microempresas serão de 5,25% e as das empresas de pequeno, médio e grande porte variarão entre 6% e 8,5% – todas podendo se beneficiar do bônus de adim-

plência (de 15%, em média).

Garibaldi argumentou que, com a redução progressiva dos juros, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) alcançou redução de 32% –, enquanto os empréstimos dos fundos constitucionais atingiram apenas 17%. Para evitar essa discrepância, ele propôs emenda determinando a vinculação dos encargos financeiros das operações de crédito realizadas pelos fundos à TJLP, caso esta sofra reajustes inferiores. O projeto segue para a CAE.

Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Alfredo Nascimento prevê rodovias em bom estado em 2010 e enfatiza a retomada de obras da Ferrovia Norte-Sul

Ministro promete recuperação de rodovias e integração ferroviária

Em 2010, as rodovias federais brasileiras estarão em boas condições de tráfego. A previsão foi feita ontem pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Nascimento afirmou que a prioridade do governo é recuperar a malha rodoviária federal – de cerca de 80 mil quilômetros –, “abandonada ao longo dos últimos anos”. O ministro disse que os recursos para recuperar rodovias crescem ano a ano. Passaram de R\$ 2 bilhões em 2003 para R\$ 8,1 bilhões em 2007, e devem chegar a R\$ 10 bilhões em 2008.

Também foi debatido o andamento das obras da Ferrovia Norte-Sul. São 2.100 quilômetros ligando as regiões Centro-Oeste e Norte, em conexão com a Estrada de Ferro Carajás e com a Centro Atlântica. Segundo o ministro, essa é uma obra “estratégica” para melhorar o escoamento da produção destinada à exportação, com reflexos positivos para o desenvolvimento regional, a redução dos custos de comercialização no mercado interno e o incentivo à produção.

Conforme Nascimento, o pro-



Alfredo Nascimento (E), ao lado de Marconi Perillo, ouve diversos pedidos de senadores

reto original da Norte-Sul será estendido de Anápolis (GO) a Santa Fé do Sul, no extremo noroeste paulista, interligando os portos de Santos (SP) e do Rio de Janeiro até a região de Itaquí, no Maranhão. Ele informou ainda que as obras do trecho Anápolis a Uruaçu, também em Goiás – um total de 280 quilômetros – terão início no próximo ano, gerando mais de 5 mil empregos.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), que propôs o debate, afirmou que a obra é prioritária para Goiás. José Sarney (PMDB-AP) lembrou as

críticas que recebeu por implantar a ferrovia durante sua gestão como presidente da República (1985-1990). Edison Lobão (PMDB-MA) lamentou que a obra esteja inacabada, apesar de ter sido iniciada há 22 anos. Jayme Campos (DEM-MT) pediu a retomada das obras das rodovias BR-163 e BR-158, e Arthur Virgílio (PSDB-AM), a recuperação da BR-174. Já Eliseu Resende (DEM-MG) solicitou a implantação do Plano Nacional de Logística de Transporte, previsto em projeto de sua autoria.

Concessão de estradas será tema de audiência

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que prevê audiência pública para discutir os processos de concessão de rodovias em curso no país para exploração da iniciativa privada.

Deverão ser convidados para o

debate o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, o secretário estadual de Transportes de São Paulo, Mauro Arce, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar.

Por sugestão de Pedro Simon (PMDB-RS), a comissão deverá examinar ainda as futuras licen-

ças destinadas à construção e exploração das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e de Girau, a serem implantadas no rio Madeira, em Rondônia.

Também deverá ser convidado para a audiência o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner.

Brasileiros que trabalham no exterior devem ter maior proteção legal

Todos os trabalhadores brasileiros contratados para trabalhar no exterior ou transferidos para outros países poderão ser beneficiados pela Lei 7.064/82, que atualmente regulamenta as relações de trabalho fora do país apenas dos empregados de firmas prestadoras de serviços de engenharia. A ampliação do alcance da norma consta de projeto de lei da Câmara (PLC 59/07) aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).



Heráclito Fortes preside reunião que também ratificou quatro acordos internacionais

Segundo o relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), até o momento os tribunais têm aplicado

a lei a todos os trabalhadores por analogia, mas nem sempre eles buscam os tribunais para fazer

valer os seus direitos.

Quatro projetos de decreto legislativo também receberam aprovação da CRE. Relatados, respectivamente, por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Romeu Tuma (PTB-SP), César Borges (PR-BA) e Cristovam Buarque (PDT-DF), foram ratificados os acordos do Brasil com Cuba na área de turismo; o de cooperação com o Líbano para combate ao tráfico de drogas; o de entendimento com a Noruega sobre nor-

mas técnicas e sanitárias para o comércio bilateral de produtos da pesca; e o de cooperação cultural com o Quênia.

A indicação presidencial de Pedro Henrique Lopes Borio para ocupar o cargo de embaixador no Sri Lanka também foi acatada.

A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), a CRE ouvirá o professor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank de Bangladesh e Prêmio Nobel da Paz de 2006, sobre experiências de microcrédito.

José Nery teme “conflito sangrento” em Carajás

Em apelo dirigido ao presidente Lula e à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, José Nery (PSOL-PA) pediu a abertura de diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos que vêm obstruindo a ferrovia de Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce. Ele teme que haja “um novo conflito sangrento” e informou que a Vale recorreu à Justiça para desobstruir a ferrovia.

O senador disse que enviou carta ao ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da



José Nery adverte que empresa pediu uso de força policial

Presidência da República, sustentando que os pedidos dos 2.500 trabalhadores são justos, pede a abertura de negociações pelo governo e adverte que a Vale solicitou “uso de força policial para a desocupação local”.

Entre as reivindicações lidas em Plenário por José Nery, estão um programa social de emergência em Carajás, com a construção de moradias populares, postos de saúde e hospitais regionais em Parauapebas e Tucuruí, e o fortalecimento dos hospitais de Marabá e Redenção.

Flexa Ribeiro critica invasões do MST no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o MST por ter, segundo ele, invadido com 500 trabalhadores a Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas (PA). Ele disse ainda que o Movimento dos Atingidos por Barragens anunciou na semana passada que invadiria a Hidrelétrica de Tucuruí.

– É lamentável que esses movimentos se coloquem à margem da lei e cheguem ao extremo de anunciar o que farão sem que haja por parte dos governos estadual e federal uma ação enérgica – protestou.



Flexa Ribeiro acusa governo do Pará de “forçar a Vale” a negociar

Flexa Ribeiro lamentou as ocorrências num momento em que, conforme afirmou, a Vale anuncia investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões até 2012, que irão gerar cerca de 68 mil empregos.

O senador condenou ainda a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que, a seu ver, estaria atuando para “forçar a Vale” a negociar, quando deveria celebrar mais parcerias com a empresa e viabilizar recursos para responder a demandas por saúde, segurança, educação e transporte.

Valadares defende aumento dos investimentos na saúde

Senador diz que o financiamento atual não é suficiente para manter em funcionamento um sistema complexo como o SUS, e pede aprovação da regulamentação da Emenda 29

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que assegura recursos mínimos para o financiamento da saúde. Projeto sobre o assunto (PLS 121/07-Complementar), de Tião Viana (PT-AC), tramita no Senado.

Na avaliação de Valadares, a regulamentação constitui uma das principais iniciativas oficiais para cobrir os custos e aumentar os investimentos em saúde no Brasil, uma vez que “o país é um dos que menos investem no setor”.

– O gasto público do Estado



De acordo com Valadares, o Brasil é um dos países que menos investem no setor

gira em torno de US\$ 150 a US\$ 200 por habitante/ano, enquanto Argentina, Uruguai e Costa Rica, por exemplo, investem o dobro.

No caso de países como Austrália, Japão e países europeus, a média de gasto por habitante/ano atinge US\$ 1.400 – comparou.

O senador ressaltou que o Brasil investe apenas 3,4% do seu PIB em saúde, e que a despesa governamental corresponde a 45% desse percentual. O restante é gasto pela iniciativa privada, informou.

– Os municípios, por sua vez, assumiram cada vez mais responsabilidades, mas não recebem repasses financeiros para a implementação dos programas para melhorar a qualidade do atendimento à população.

Jereissati afirma que crise dos hospitais do Ceará “é aguda”

Ao saudar os médicos pelo seu dia, comemorado ontem, Tasso Jereissati (PSDB-CE) lamentou que a crise da saúde no Brasil “esteja se generalizando” e disse que, no Ceará, ela é aguda.

– A classe médica trabalha insa-

tisfeita, mas os médicos cearenses são abnegados e competentes. Esperamos que isso seja resolvido e que os médicos tenham melhores condições de trabalho. Sou neto e sobrinho de médicos e devo muito aos médicos – afirmou.



Jereissati: “Esperamos que os médicos tenham melhores condições de trabalho”

Mão Santa acha que médicos são pouco valorizados

Em destaque ao Dia do Médico, comemorado ontem, Mão Santa (PMDB-PI), médico, disse que esse profissional é lembrado nos infortúnios e na desgraça, e não em momentos de alegria.

– Não há muito a comemorar. Dizem que a profissão de médico é um sacerdócio, mas enquanto o número de templos e religiões só aumenta, os hospitais estão abandonados – lamentou.

O senador citou o caso do médico piauiense Cândido Almeida Atahyde, ex-diretor da Santa Casa de Teresina, falecido aos 95 anos de idade e que trabalhou até o fim da vida, devido a uma aposentadoria irrisória. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) homenageou os médicos através de Mão Santa.



Mão Santa cita caso de profissional que trabalhou até morrer, aos 95 anos



Papaléo conclama parlamentares a lutar pela saúde pública de qualidade no país

Papaléo considera médicos brasileiros verdadeiros heróis

No Dia do Médico, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que, diante de todas as dificuldades que enfrentam no exercício de sua profissão, os médicos brasileiros são verdadeiros “heróis”.

O senador, que é médico, lembrou os baixos salários, a insuficiência do número de profissionais nos hospitais, a falta de equipamentos, a violência no atendimento ambulatorial e os escândalos na distribuição de recursos para a saúde pública, entre outros problemas.

– Na região Norte, a situação é ainda mais calamitosa. Para atender seus pacientes, os médicos têm que percorrer distâncias enormes em embarcações precárias, muitas vezes até mesmo a pé.

Segurança é fundamental para preservar a Amazônia, alerta Raupp

Para proteger e preservar a floresta amazônica, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que é necessário fortalecer as Forças Armadas.

É preciso, acrescentou, proteger as fronteiras, já que o Brasil faz divisa com regiões “mergulhadas em conflitos, guerrilhas políticas, banditagem e tráfico

de drogas”.

– Trago esse alerta porque, aos poucos, nós da Amazônia estamos nos conscientizando de que ela é um patrimônio, um tesouro nacional, e por isso devemos preservá-la – disse o senador.

Ele citou dados do chamado “Pacto pela valorização da flo-

resta e pelo fim do desmatamento na Amazônia”, que estabelece como uma das metas o fim do desmatamento em sete anos. Para tanto, é necessário investir cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

Não é muito, na opinião de Raupp, se se levar em consideração o que estaria sendo preservado. Além disso, a ação definiria

o papel do Brasil no mundo no que diz respeito ao aquecimento global, amenizando o seu “papel de vilão”, em decorrência das queimadas.

O descuido com a floresta, advertiu ainda o senador, pode levar o Brasil a perder força diante das entidades que defendem a internacionalização da Amazônia.



Valdir Raupp diz que preservação exige pelo menos R\$ 1 bilhão ao ano

Fotos: Geraldo Magela



Valter: ministro apregoa o apocalipse se a prorrogação da CPMF não for aprovada

Para Valter Pereira, Mantega “tenta intimidar” o Senado

Valter Pereira (PMDB-MS) acusou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, de fazer “bravata” ao “tentar intimidar” o Senado dizendo que poderia aumentar impostos se os senadores não aprovarem a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011.

– Sou do PMDB, partido da base do governo, mas não sou obrigado a aceitar essa sinistrose do ministro, que apregoa o apocalipse se a prorrogação da CPMF não for aprovada. Alerto que ele não pode criar novos impostos. Quem aprova novos impostos é o Congresso – sustentou.

O senador anunciou que apresentará três emendas à proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF (PEC 89/07). Na primeira, ele propõe partilhar a receita da contribuição com os estados e municípios. Na segunda, propõe que todo o dinheiro seja encaminhado, sem cortes, à área de saúde. Na terceira, Valter Pereira propõe a extinção da contribuição ao final de 2011.

O parlamentar justifica sua posição contrária à continuidade da contribuição afirmando que a carga tributária do brasileiro chegou “ao limite” de 38,8% de toda a riqueza produzida no país, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) informou que também pretende propor emendas para que 20% da arrecadação da CPMF sejam direcionados à educação.

Líder do PSDB considera injustificada a pretensão do governo de manter a alíquota atual da contribuição e garante que seu partido deverá adotar posição unânime na votação da PEC

Governo deve negociar aprovação da CPMF, recomenda Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), alertou o governo para a necessidade de estabelecer negociações rápidas sobre a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. Virgílio considerou injustificada a pretensão do governo de manter a alíquota atual do tributo, uma vez que a economia brasileira não passa, no momento, por nenhuma situação de crise.

O senador afirmou que, enquanto o governo propõe gastos públicos crescentes, seu partido



“Que amanhã ninguém nos aponte como intransigentes”, avisa Arthur Virgílio

está mais preocupado em debater temas como a competitividade da economia, o aumento das exportações da produção nacional e a

redução de impostos.

– Que amanhã ninguém nos aponte como intransigentes, como excessivamente duros ou como sectários. Estivemos o tempo inteiro abertos para a conversa – disse Arthur Virgílio.

O líder do PSDB garantiu que seu partido deverá adotar posição unânime na votação da matéria.

Exército

Em seu pronunciamento, o parlamentar ainda registrou o recebimento de e-mail de integrantes do Exército brasileiro que servem na região amazônica manifestando insatisfação com os baixos soldos.

José Agripino anuncia confronto do DEM para derrubar contribuição

Ao criticar declarações do presidente Lula contra a oposição que o DEM vem fazendo à prorrogação da CPMF, o líder do partido no Senado, José Agripino (RN), afirmou que seus correligionários partirão para o confronto em Plenário contra a aprovação da matéria.

– O presidente disse que vai aprovar a prorrogação da con-

tribuição apesar do ‘DEMos’. É uma atitude que não condiz com a posição cavalheiresca do vice-presidente José Alencar. Este, na condição de presidente interino, veio ao Senado buscar o diálogo.

O senador explicou que o DEM fechou questão sobre o assunto porque entende que o governo arrecada demais e também pode ganhar com o fim da CPMF, já que



Partido fechou questão por entender que governo arrecada demais, explica Agripino

a extinção do imposto pode gerar uma desoneração dos juros pagos pela dívida interna do país.

Heráclito critica declaração de Lula sobre o Democratas



Segundo Heráclito, presidente minimiza importância da oposição feita pelo partido

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou ontem declaração do presidente Lula em sua visita a Angola. Conforme o senador, Lula, em entrevista coletiva à imprensa no país africano, minimiza a importância da oposição do Democratas à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O parlamentar considerou lamentável a atitude inflexível adotada por Lula de não aceitar quaisquer propostas visando a redução da alíquota do tributo. Ele aconselhou o presidente a dedicar alguns momentos do dia para aprender com José Alencar, “lições de humildade, equilíbrio, eficiência, disciplina e acima de tudo zelo com a coisa pública”.



Prorrogar a CPMF sem reduzir despesas é inaceitável, assinala Lúcia Vânia

Lúcia Vânia cobra redução de gastos do governo Lula

Prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sem reduzir os gastos do governo Lula é inaceitável, afirmou ontem a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela acrescentou que o imposto, além de injusto, é contraproducente, pois atinge todas as etapas da produção de um mesmo bem.

A senadora lembrou que, segundo previsões do próprio Ministério do Planejamento, a máquina estatal, que há quatro anos consumia 15,7% do produto interno bruto (PIB), consumirá este ano 18,6%. Ela observou que esse cálculo parte da premissa de que o PIB crescerá 4,7% este ano.

– Em números, isso significa que os gastos estatais, que em 2003 eram de R\$ 396 bilhões, devem chegar no final deste ano a R\$ 468 bilhões, o que representa acréscimo nominal de R\$ 72 bilhões ou duas receitas integrais anuais da CPMF. Nesse ritmo, não bastará perpetuar essa contribuição – advertiu.

Lúcia Vânia assinalou que, enquanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ameaça cortar recursos do Bolsa Família e repasses para a saúde, a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) teve reajuste de 37,3% desde o Plano Real até outubro do ano passado, enquanto o IGP-M acumulado no mesmo período foi de 418%. Ela ressaltou declaração do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, de que o sistema de saúde brasileiro é frágil porque depende de oscilações de receitas, como no caso da CPMF.

Ideli destaca audiência para discutir concessões de rodovias à iniciativa privada

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou ontem, em Plenário, que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento de sua autoria para a realização de audiência pública destinada a analisar as novas e as antigas concessões de rodovias para a iniciativa privada.

Ideli observou que as recentes concessões realizadas pelo governo Lula têm um preço médio de pedágio de R\$ 0,02 para cada 100 quilômetros de rodovia concedida. Enquanto isso, acrescentou Ideli, as concessões federais realizadas em governos passados têm uma média de R\$ 0,09 para

cada 100 quilômetros, mesmo preço médio dos pedágios estaduais de São Paulo.

A senadora explicou que a audiência pública servirá para a comparação e análise dessas concessões, e para avaliar as consequências do leilão de concessão de rodovias realizado no início

de outubro. O Tribunal de Contas da União (TCU), continuou Ideli, determinou recentemente uma revisão geral nas concessões de rodovias no país.

Ideli aproveitou para também homenagear os médicos e médicas brasileiros pela comemoração do Dia do Médico.



Tribunal de Contas da União determinou revisão geral nas concessões, informa Ideli

Suplicy apóia resgate histórico de Canudos e da saga de Conselheiro

Um ofício do teatrólogo José Celso Martinez Correa, que propõe um resgate histórico da saga de Canudos, foi lido por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador recordou que, em outubro de 1897, 6 mil militares dizimaram os 26 mil habitantes do lugarejo, na Bahia, que eram liderados

por Antônio Conselheiro e queriam implantar um novo tipo de sociedade no local.

Suplicy informou ainda que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, visitou ontem o Teatro Oficina, em São Paulo, para avaliar a possibilidade de seu tombamento como patrimônio cultural.



Gerardo Maggela

Suplicy quer o desenvolvimento cultural e econômico de Canudos

Magno Malta registra debate sobre obrigatoriedade de exame da OAB

A Rede Gazeta em Vitória vai realizar hoje, às 19h, debate sobre projeto de lei de Gilvam Borges (PMDB-AP) que acaba com o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na avaliação do relator da matéria, Magno Malta (PR-ES), a discussão ajudará a formar sua opinião

sobre o assunto.

Malta também comentou que 80 pessoas assistidas em sua instituição de recuperação de drogados irão na segunda-feira à Secretaria Nacional Antidrogas reivindicar o cancelamento de portaria da Anvisa “que ameaça fechar essas unidades de tratamento”.



Rosevelt Pinheiro

Malta é relator de proposta que põe fim à prova para advogados

Paim apresenta voto de repúdio a biólogo por declarações sobre raças

Ganhador do Prêmio Nobel em 1953 pela descoberta da estrutura do DNA, James Watson afirmou em entrevista a jornal britânico que africanos são menos inteligentes que ocidentais

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem a apresentação à Mesa de voto de repúdio ao biólogo James Watson por ter dito, em entrevista a um jornal britânico esta semana, que os africanos são menos inteligentes do que os ocidentais. Watson foi ganhador do Prêmio Nobel pela descoberta ao lado de Francis Crick, em 1953, da estrutura do DNA. Paim considerou a declaração desastrosa e um fato lamentável.

– É um voto de indignação de todo o povo brasileiro,

não importa a etnia, raça ou origem, contra um disparate, uma posição absurda – disse Paim.

Várias manifestações de cientistas e políticos foram lidas pelo senador, como a declaração do geneticista brasileiro Sérgio Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que afirmou que “a genética tem demonstrado que raças humanas não existem”, ou que “somos todos africanos do ponto de vista evolucionário”, já que os humanos surgiram no continente africano. O Congresso



Gerardo Maggela

Paulo Paim considera afirmação desastrosa e um fato lamentável

norte-americano também aprovou moção de repúdio pela declaração.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-

ES) concordou com a opinião do geneticista de que Watson “está gagá”.

Paulo Paim também comemorou a aprovação, na quarta-feira, de dois projetos: o PLC 76/07, que concede benefícios fiscais a produtores e exportadores prejudicados pela valorização do real perante o dólar e a outras moedas, acolhido pelo Plenário; e o PLS 281/05, acatado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que estende para seis meses o prazo da licença-maternidade.



Gerardo Maggela

Mesquita Júnior exorta PMDB a defender servidor público efetivo

Mesquita Júnior é contra novos cargos comissionados

A “insistência do governo na criação de novos cargos públicos comissionados” foi criticada por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O senador exortou o PMDB a impedir no Senado a aprovação de qualquer proposta de criação de funções temporárias. Ele quer que o partido passe “a carregar a bandeira” dos direitos dos servidores públicos efetivos, que reclamam reajuste salarial e a criação de planos de carreira.

– O governo dá à aprovação da prorrogação da CPMF, por exemplo, uma atenção continuamente negada às reivindicações das diversas classes de servidores do Executivo e do funcionalismo em geral.

Mesquita Júnior citou a greve da Polícia Federal como uma demonstração da “negligência” do governo.

Gasolina brasileira é a mais cara da América do Sul, diz Camata



Gerardo Maggela

Camata ressalta a incidência de 58% de tributos no combustível

Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou que os brasileiros tenham de pagar pela gasolina mais cara da América do Sul. Ele avaliou que de nada adianta o Brasil ter conquistado a auto-suficiência na produção de petróleo se a população não é beneficiada.

No entanto, continuou o

parlamentar, a culpa pelo alto preço da gasolina brasileira não é da Petrobras, mas sim dos 58% de tributos que incidem sobre o combustível.

Camata relatou ter viajado ao Uruguai, onde viu carros de passeio, produzidos no Brasil e exportados ao país vizinho, que funcio-

nam a diesel. Tais veículos, ressaltou, são muito mais econômicos que os carros movidos a gasolina ou álcool.

O senador fez um apelo ao presidente Lula para que o governo federal permita que a população brasileira também possa comprar carros a diesel.



Gerardo Maggela

Jayme Campos anuncia promessa de pavimentação da BR-163



Gerardo Maggela

Serys: investimento em Mato Grosso vai gerar milhares de empregos

Serys pede nomeação urgente de nova diretoria para a Sudam

Serys Shessarenko (PT-MT) fez um apelo ao presidente Lula e à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que a nova diretoria da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) seja nomeada com urgência.

De acordo com a senadora,

a demora na nomeação vem causando prejuízos a Mato Grosso e às empresas que têm projetos aprovados em andamento aguardando liberação de recursos.

Serys ressaltou que a liberação desse dinheiro levará para o estado investimentos de R\$ 1,5 bilhão.



Gerardo Maggela

Duque lembra que o Rio de Janeiro é o maior produtor do país

Paulo Duque propõe que estados possam cobrar ICMS sobre petróleo

A proposta de emenda à Constituição que permite que os estados produtores de petróleo e de energia elétrica passem a cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi defendida ontem em Plenário por seu autor, Paulo Duque (PMDB-RJ).

O senador disse que o Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo do Brasil, mas não pode cobrar o ICMS.

– É uma crueldade tremenda com o meu estado. Estou ansioso para que a PEC 20/07 entre na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – disse.